



# HISTÓRIA DA DÍVIDA PORTUGUESA

Entre 1960 e 2013, Portugal recorreu ano após ano ao crédito externo. Os valores eram pequenos, fáceis de diluir. Mas perante os choques todo o castelo de cartas abanava. Foi assim na subida do preço do petróleo, associada à intabilidade da Revolução, que levou os défices externos a ultrapassar os 10% do PIB.

E voltou a ser assim em 2011. Ao contrário do que se pensava, a entrada na CEE e o cumprimento das regras de Maastricht não puseram fim à instabilidade financeira nacional. Só geraram uma falsa confiança, que permitiu um crescimento galopante do endividamento.

## OUTUBRO DE 1973

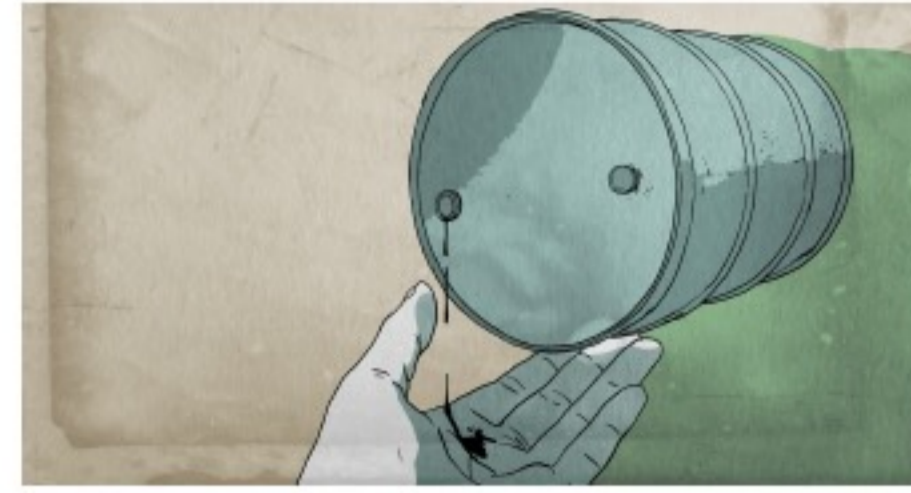
**Primeiro choque petrolífero.** Os países da OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo) declaram um embargo ao petróleo que faz disparar os preços. No final de 1974, o preço do barril tinha praticamente quadruplicado. Economias mais expostas, como a portuguesa, passam por problemas graves na Balança de Pagamentos.

## 25 DE ABRIL DE 1974

**Fim da ditadura em Portugal.** Período revolucionário marcado por instabilidade política, nacionalizações e greves. Em 1975, os salários aumentam até 30% num só ano, encarecendo as exportações e ampliando o desequilíbrio causado pelo choque petrolífero. A economia passa por uma recessão profunda.

## 1978

**Primeiro acordo de estabilização económica com o FMI.** Prestes a entrar em ruptura de pagamentos, Portugal pede ajuda externa ao FMI, que impõe a desvalorização do escudo, o fim do controlo administrativo de preços e algumas medidas de consolidação orçamental. O recurso ao endividamento externo diminui.



## 1979

**Segundo choque petrolífero.** A turbulência política no Irão faz disparar o preço do barril nos mercados internacionais. Na maioria dos países o preço das importações encarece de imediato. O endividamento volta a subir.



## 1983

**Regresso do FMI.** O segundo choque petrolífero e a falta de rigor das políticas orçamentais anteriores provocam um novo desequilíbrio nas contas externas. Para evitar a bancarrota, Portugal pede ajuda externa: o FMI impõe um programa austero à base de aumento de impostos e restrições à concessão de crédito. Reduz-se o défice externo e orçamental mas a recessão aumenta.



## JUNHO DE 1985

**Adesão à Comunidade Económica Europeia.** Após dez anos de negociações, Portugal adere à CEE. Reformas abrangentes abrem a economia ao exterior e inicia-se o processo de integração que conduzirá, dentro de 15 anos, à adopção do euro.



## FEVEREIRO 1992

**Assinatura do Tratado de Maastricht.** A CEE transforma-se na União Europeia. Surgem metas orçamentais (défice de 3% e dívida pública nos 60%), para reduzir riscos macroeconómicos das economias europeias e abrir caminho para a adesão à moeda única.



## JANEIRO DE 1999

**Portugal adota o euro.** O euro é oficialmente criado, mas apenas como unidade de conta. A gestão da política monetária de várias economias europeias centraliza-se no Banco Central Europeu. A circulação de moedas e notas físicas é agendada para Janeiro de 2002.

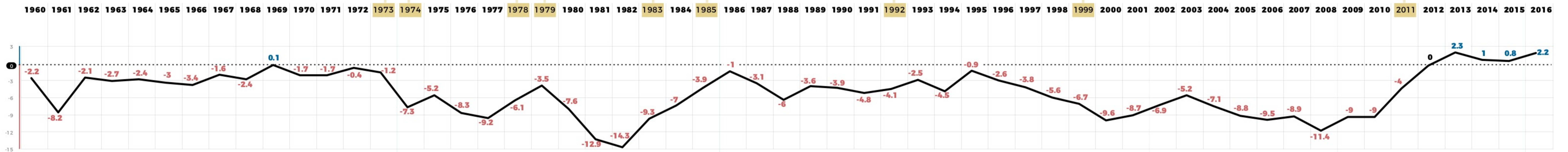


## MAIO DE 2011

**Portugal pede ajuda financeira.** Depois de um braço-de-ferro prolongado com os mercados financeiros, que exigiam juros cada vez mais elevados, o Estado português pede ajuda financeira ao FMI e à União Europeia. O terceiro programa de ajustamento (em 35 anos) é duro, e a recessão severa: o PIB irá cair até 2013.

## DÉFICE EXTERNO DE PORTUGAL

Os valores negativos significam que o país está a contrair dívida, financiando-se no exterior.



**PERÍODO DOURADO DO CRESCIMENTO:** PIB aumenta a uma taxa média de crescimento de 6,5% ao ano.

**TRAVAGEM ABRUPTA:** Crescimento económico cai para 2,5% ao ano, com duas recessões (e dois pedidos de ajuda externa) pelo meio.

**CRESCIMENTO E CONVERGÊNCIA:** PIB alcança uma taxa média de crescimento de 4,1%, voltando a convergir com a Europa.

**DÉCADA PERDIDA:** Economia cresce apenas 1,1% ao ano. A travagem é inesperada, e faz Portugal marcar passo face à Europa. Entre a UE e a Itália cresce menos.

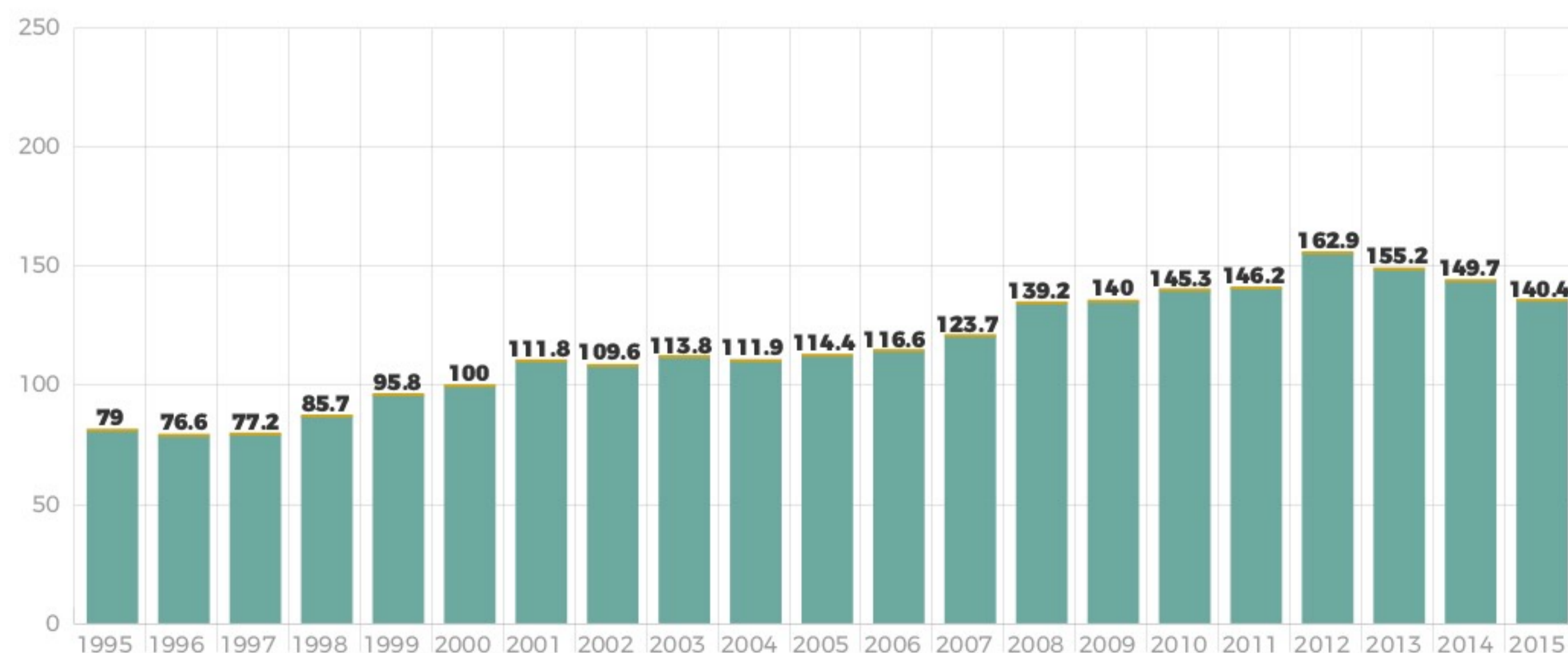
**GRANDE RECESSÃO E CRISE DA DÍVIDA:** Em sete anos, taxa de crescimento média é de -0,7%. Recessão durou quatro anos, com um breve interregno em 2010.

## DÍVIDA DAS EMPRESAS

Dívida em % do PIB



É nas empresas não financeiras que está concentrada a maior parte desta dívida bruta do país. Ao todo são mais de 140% do PIB, um valor que quase duplicou nos últimos vinte anos. A maior parte desta dívida é contraída junto da banca nacional.

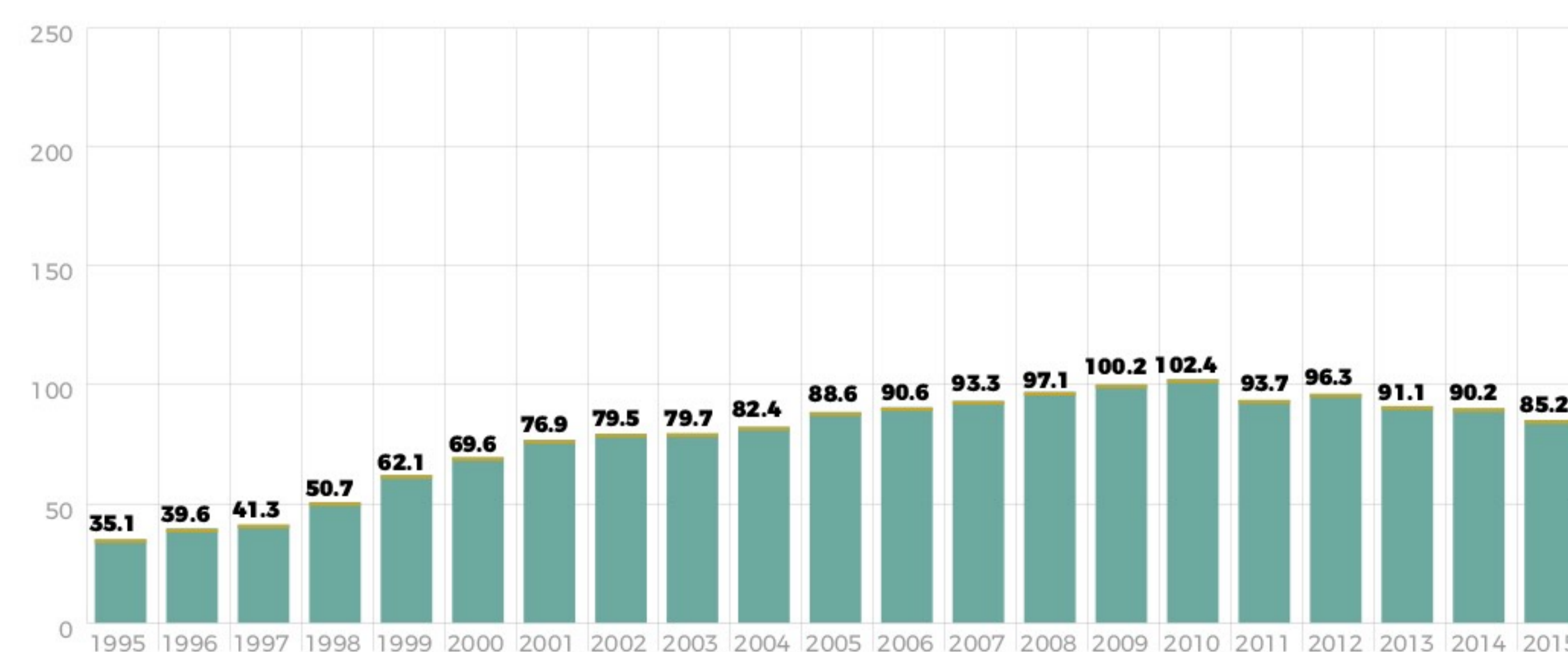


## DÍVIDA DAS FAMILIAS

Dívida em % do PIB



De todos os sectores da economia, as famílias são o que tem a dívida mais baixa: "apenas" 85% do PIB (em 2015). Também são o sector onde a subida foi menos pronunciada. A dívida está hoje mais ou menos ao mesmo nível que estava uma década atrás.



## DÍVIDA PÚBLICA

Dívida em % do PIB



A Dívida contraída pelo Estado disparou sobretudo a partir de 2007, quando o défice orçamental passou de cerca de 3% para mais de 10% do PIB. Os esforços de consolidação permitiam travar a tendência de subida, mas ela continua hoje em níveis perigosamente elevados.

